

PROCESSO N° : 2017/20570/000009
UNIDADE GESTORA : 205700
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2016
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 30/2017
SGD N° 2017/09049/000705

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da **Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016, alterado pelo Decreto n° 5.573, de 27 de janeiro de 2017.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2016**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às fls. **155 e 156**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra **déficit** orçamentário de **51,23%**, que foi justificado através de Nota Explicativa, à fl. **182**, por ser um órgão dependente dos recursos do Tesouro Estadual, em obediência ao princípio da Unidade de Tesouraria.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um **bom** nível de execução com percentual médio de **98,05%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	4.000.000,00	3.926.947,09	98,17
Receitas de Capital	0,00	0,00	-
(-) Deduções da Receita	0,00	-4.869,00	-
TOTAL	4.000.000,00	3.922.078,09	98,05



[Handwritten signatures and marks in blue ink]



FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
240	4.000.000,00	3.922.078,09	98,05
TOTAL	4.000.000,00	3.922.078,09	98,05

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um **bom** nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **81,69%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	9.244.255,00	7.923.318,20	85,71
Despesa de Capital	600.540,00	118.930,00	19,80
TOTAL	9.844.795,00	8.042.248,20	81,69

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	5.844.795,00	5.803.471,26	99,29
240 - Recursos Próprios	4.000.000,00	2.238.776,94	55,97
TOTAL	9.844.795,00	8.042.248,20	81,69

3.4 As alterações no orçamento inicial, verificado à fl. **156**, refletem um aumento de **19,26%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 3.922.078,09**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 5.608.774,73**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 841.768,77** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 2.281.589,49**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 8.042.248,20**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 74.505,26**, restando saldo de **R\$ 12.654.211,08** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. **160 e 161**.

3.6 O Balanço Patrimonial, à fl. **168**, demonstra uma situação **positiva** dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.6.1 O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em **455,42%**, indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo.

3.6.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 2.429.893,12**, composto pelo Investimentos e Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante (Dívida Fundada).

3.6.3 Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 815.726,16**, deste montante, **R\$ 209.202,51** refere-se a restos a pagar processados



(Handwritten signatures and initials)

e **R\$ 606.523,65** restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro à fl. 160.

3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. 157, do qual resta ainda um saldo de **R\$ 2.639,04**, justificado parcialmente à fl. 183, por não demonstrar os motivos impeditivos do pagamento integral das obrigações inscritas.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. 158, foi pago **R\$ 48.617,65** e cancelado **R\$ 2.000,00**, restando um saldo de **R\$ 5.696,37**, justificado parcialmente às fls. 183, 184 e 323, por não demonstrar os motivos impeditivos do pagamento integral das obrigações inscritas.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um **superávit** financeiro de **R\$ 3.713.241,05**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 4.537.457,62**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 824.216,57**, conforme fl. 169.

3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado, fl. 168, no valor total de **R\$ 2.426.800,12**, já deduzida a depreciação, não havendo informações a respeito da posição física do SISPAT, sem a devida justificativa, visto que a Nota Explicativa à fl. 182, não contempla a posição do patrimônio até o exercício de 2016.

3.8 A conta contábil "Estoques", fl. 168, apresenta saldo no valor de **R\$ 45.382,30**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 197 à 225.

3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa", à fl. 168, registra saldo no valor total de **R\$ 698.520,74**, que confere com o Balanço Financeiro, extratos e conciliação bancária, fls. 227 à 305, conforme discriminação abaixo:

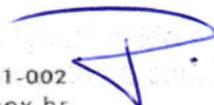
a) banco conta movimento **R\$ 698.520,74**:

1 - **R\$ 69.509,15** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R\$ 629.011,59** nas contas bancárias específicas;

3.10 As contas do Passivo Circulante, fl. 168, totalizam um saldo de **R\$ 835.901,08**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.11 Não há registro de saldo na conta "Passivo Não Circulante", conforme evidenciado no demonstrativo à fl. 171.



3.12 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 9.865.138,11** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 6.850.204,13**, demonstrando resultado patrimonial **positivo** do período, no montante de **R\$ 3.014.933,98**, conforme demonstrado à fl. 166.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de **R\$ 4.537.457,62**, à fl. 173.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes da **Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS**, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **06** (seis) processos de adesão em ata de registro de preços destinados à (aquisição de material permanente, consumo e serviço) tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

4.2 A Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados em **2016**, **3** (três) atendimentos via telefone e **2** (dois) atendimentos presenciais para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.

4.3 Houve acompanhamento e avaliações quadrimestrais, durante todo o exercício de **2016**, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, tendo participação ativa do setor de planejamento da entidade, que foi primordial para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado **não realizou** Auditoria de Regularidade na **Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS**, no exercício em análise, houve apenas fiscalizações internas conforme informado no documento de **fls. 313 a 315**.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, estão demonstrados através do Relatório de Gestão às **fls. 30 a 69**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para **Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS**, desenvolvidos com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 3.051/2015(PPA 2016-2019) e a eficiência e eficácia dos projetos e atividades por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 3.052/2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA).





6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições da **Entidade**, foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às **fls. 43 e 44**, definidos nos Programas Temáticos: **Programa 1155 - Indústria, Comércio, Serviços, Turismo e Mineração** e com suporte nas ações do **Programa 1128 - Manutenção da Junta Comercial**, as **fls. 61 a 66**.

6.1.1.1 Para o objetivo da entidade foram estabelecidas **08** (oito) metas físicas regionalizadas para o quadriênio 2016-2019, cuja execução, no exercício em análise, indica um **baixo** desempenho, em relação ao que se pretende alcançar ao final do PPA, com a não execução de **03** (três) delas, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 47 a 54**.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de **02** (dois) indicadores, que evidenciam um nível satisfatório para o órgão, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 45 a 46**.

6.1.2 Para o alcance dos objetivos da Entidade foram elaboradas **06** (seis) ações temáticas, sendo **02** (duas) de natureza atividade e **04** (quatro) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um **baixo** grau de eficiência, com a não realização física de **02** (duas) e financeira de **02** (duas) delas, respectivamente, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 55 a 60**.

6.1.2.1 Em observação à Nota Explicativa, emitida pela Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN, à **fl. 320**, que trata sobre divergências no quantitativo da meta física de algumas ações temáticas dos órgãos/entidades, entre a Lei Orçamentária Anual e as lançadas no sistema Uni (o qual alimenta o Sistema de Acompanhamento do PPA e que gera o relatório da prestação de contas anual), fez-se juntada de Demonstrativo, à **fl. 321**, das ações, desta Entidade, que apresentaram as citadas divergências.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **06** (seis) ações orçamentárias, sendo todas de natureza atividade, demonstra que as mesmas tiveram uma significativa contribuição, uma vez que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de **90.81%** de execução no Programa de Gestão e Manutenção da Pasta, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 61 a 66**.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às **fls. 307 a 310**, um quantitativo de **94** servidores ativos, sendo que **01** servidores foram admitidos no exercício de **2016** por meio de concurso e **03** por meio de contrato temporário.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos



responsáveis **Carlos Alberto Dias de Moraes, Lásaro Quirino Rodrigues** e outros relacionados neste processo, fls. 06/08, **COM RESSALVAS** aos itens 3.6.3.1, 3.6.3.2, 3.7, 6.1.1.1 e 6.1.2 deste relatório.

DIRETORIA DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO, em Palmas, aos 23 dias do mês de março de 2017.

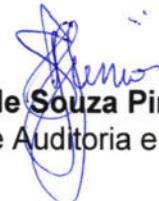

Regiane Sousa Chaves
Analista/GEAP


Jalles Martins Parente
Analista/Contador


José Roberto A. Guimarães
Analista/Economista


Wellington Júnior Silveira
Gerente de Auditoria em Gestão
Administrativa

- I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.
Em: 23/03/2017.


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

